

TRT-PI

ANALISTA JUDICIÁRIO

ÁREA JUDICIÁRIA

Tribunal Regional do
Trabalho da 22ª Região



Edital **verticalizado**

CONHECIMENTOS BÁSICOS

LÍNGUA PORTUGUESA

Domínio da ortografia oficial.

Emprego da acentuação gráfica.

Emprego dos sinais de pontuação.

Emprego do sinal indicativo de crase.

Flexão nominal e verbal.

Pronomes: emprego, formas de tratamento e colocação.

Domínio dos mecanismos de coesão textual.

Emprego de tempos e modos verbais.

Vozes do verbo.

Concordância nominal e verbal.

Regência nominal e verbal.

Morfossintaxe.

Redação (confronto e reconhecimento de frases corretas e incorretas).

Compreensão e interpretação de textos de gêneros variados.

Reconhecimento de tipos e gêneros textuais.

Figuras de linguagem.

Discurso direto, indireto e indireto livre.

Adequação da linguagem ao tipo de documento.

REGIMENTO INTERNO DO TRT DA 22ª REGIÃO

Conteúdo disponível a partir do endereço eletrônico

<https://www.trt22.jus.br/portal/institucional/regimento-interno/>

RACIOCÍNIO LÓGICO-MATEMÁTICO

Estrutura lógica de relações arbitrárias entre pessoas, lugares, objetos ou eventos fictícios; deduzir novas informações das relações fornecidas e avaliar as condições usadas para estabelecer a estrutura daquelas relações.

Compreensão e elaboração da lógica das situações por meio de: raciocínio verbal, raciocínio matemático, raciocínio sequencial, orientação espacial e temporal, formação de conceitos, discriminação de elementos.

Compreensão do processo lógico que, a partir de um conjunto de hipóteses, conduz, de forma válida, a conclusões determinadas.

Noções básicas de proporcionalidade e porcentagem: problemas envolvendo regra de três simples, cálculos de porcentagem, acréscimos e descontos.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

DIREITO ADMINISTRATIVO E/OU ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

Regime jurídico administrativo.

Princípios constitucionais e legais da Administração Pública.

Princípios administrativos implícitos.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-lei nº 4.657/1942) e sua aplicação na Administração Pública.

Poderes da Administração Pública.

Poderes e deveres dos administradores públicos. Uso e abuso do poder.

Lei de abuso de autoridade (Lei nº 13.869/2019).

Organização da Administração Direta e Indireta. Órgãos públicos. Aspectos gerais da Administração Direta.

Autarquias. Empresas públicas e sociedades de economia mista. Fundações públicas.

Consórcios públicos. Agências.

Entes de colaboração e entidades paraestatais.

Ato administrativo. Conceito, características e atributos. Elementos e requisitos de validade. Classificação dos atos

administrativos. Formação e efeitos. Extinção, revogação, invalidação e convalidação.

Cassação e caducidade.

Processo administrativo. Lei nº 9.784/1999.

Controle da administração pública. Classificações relativas ao controle da

Administração Pública. Controle externo e procedimentos de tomadas de contas.

Lei de Improbidade Administrativa (Lei nº 8.429/1992 com redação dada pela Lei nº 14.230/2021).

Serviço público. Conceito. Classificação. Princípios. Formas de delegação de serviço público. Regime jurídico da concessão e da permissão de serviço público. Extinção, reversão dos bens. Direitos dos usuários de serviço público.

Parcerias público-privadas.

Agentes públicos: Classificação. Cargo, emprego e função pública. Provimento e investidura. Exercício e afastamentos.

Direito de Greve. Regime constitucional dos servidores públicos na Constituição Federal. Regime de emprego público e disposições da CLT aplicáveis.

Responsabilidade civil, administrativa e penal dos agentes públicos. Processo administrativo disciplinar.

Regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais (Lei nº 8.112/1990 atualizada).

DIREITO CONSTITUCIONAL

Da aplicabilidade e interpretação das normas constitucionais; vigência e eficácia das normas constitucionais.

Controle de constitucionalidade: sistemas difuso e concentrado; ação direta de inconstitucionalidade; ação direta de inconstitucionalidade; ação declaratória de constitucionalidade e arguição de descumprimento de preceito fundamental.

Princípios fundamentais.

Dos direitos e garantias fundamentais: dos direitos e deveres individuais e coletivos; dos direitos sociais; dos direitos de nacionalidade; dos direitos políticos. Dos partidos políticos.

Da organização do Estado: da organização político administrativa: da União.

Das competências da União, dos Estados e dos Municípios.

Da Administração Pública: disposições gerais; dos servidores públicos.

Da Organização dos Poderes.

Do Poder Executivo: do Presidente e do Vice-Presidente da república.

Das atribuições e responsabilidades do Presidente da República.

Do Poder Legislativo: do processo legislativo.

Da fiscalização contábil, financeira e orçamentária.

Do Poder Judiciário: disposições gerais; do Supremo Tribunal Federal; do Conselho Nacional de Justiça: organização e competência; do Superior Tribunal de Justiça; Do Tribunal Superior do Trabalho, dos Tribunais Regionais do Trabalho e dos Juízes do Trabalho; do Conselho Superior da Justiça do Trabalho: organização e competência. Das funções essenciais à Justiça: do Ministério Público; da Advocacia Pública; da Advocacia e da Defensoria Pública.

DIREITO CIVIL

Lei. Eficácia da lei. Aplicação da lei no tempo e no espaço. Interpretação da lei.

Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro.

Das Pessoas Naturais: Da Personalidade e Da Capacidade.

Dos Direitos da Personalidade.

Das pessoas jurídicas.

Domicílio Civil.

Bens.

Dos Fatos Jurídicos: Dos negócios jurídicos; Dos atos jurídicos lícitos. Dos Atos Ilícitos.

Prescrição e decadência.

Do Direito das Obrigações.

Dos Contratos: Das Disposições Gerais; Da Compra e Venda; Da Prestação de Serviço;

Do Mandato; Da Transação.

Empreitada (cap. VIII do Título VI do CC).

Da Responsabilidade Civil.

Do Penhor, Da Hipoteca e Da Anticrese.

DIREITO PROCESSUAL CIVIL

Novo Código de Processo Civil - Lei Federal nº 13.105/2015 e alterações e legislações especiais.

Princípios gerais do processo civil. Fontes.

Lei processual civil. Eficácia. Aplicação. Interpretação. Direito Processual Intertemporal.

Critérios.

Jurisdição. Conceito. Característica. Natureza jurídica. Princípios. Limites.
Competência. Critérios determinadores. Competência originária dos Tribunais Superiores. Competência absoluta e relativa. Modificações. Meios de declaração de incompetência. Conflitos de competência e de atribuições.
Direito de ação. Elementos. Condições. Classificação e critérios identificadores.
Concurso e cumulação de ações.
Conexão e continência.
Processo: Noções gerais. Relação Jurídica Processual. Pressupostos Processuais. Processo e procedimento.
Espécies de processos e de procedimentos. Objeto do processo. Mérito. Questão principal, questões preliminares e prejudiciais.
Sujeitos Processuais. Juiz. Mediadores e Conciliadores.
Princípios. Poderes. Deveres. Responsabilidades. Impedimentos e Suspeição.
Organização judiciária federal e estadual.
Sujeitos Processuais. Partes e Procuradores.
Capacidade e Legitimação.
Representação e Substituição Processual.
Litisconsórcio.
Da Intervenção de Terceiros.
Da Assistência.
Da Denúncia da Lide.
Do Chamamento ao Processo.
Do incidente de desconsideração da personalidade jurídica.
Do Amicus Curiae.
Advogado. Ministério Público. Auxiliares da Justiça. A Advocacia Pública.
Prerrogativas da Fazenda Pública em juízo.
Atos processuais. Forma. Tempo. Lugar. Prazos. Comunicações. Nulidades.
Procedimento comum. Aspectos Gerais. Fases. Petição inicial. Requisitos. Indeferimento da petição inicial e improcedência liminar do pedido. Resposta do réu.
Prazos e preclusão.
Prescrição.
Revelia. Formação, suspensão e extinção do processo. Contestação. Reconvenção.

Das Providências preliminares e do Saneamento.

Julgamento conforme o estado do processo.

Provas.

Audiências. Conciliação e Mediação. Instrução e julgamento.

Distribuição do ônus da prova. Fatos que independem de prova. Depoimento pessoal.

Confissão.

Prova documental. Exibição de documentos ou coisas. Prova testemunhal. Prova pericial. Inspeção judicial.

Exame e valoração da prova. Produção Antecipada de Provas.

Da Tutela Provisória: Tutelas de Urgência e de Evidência.

Fungibilidade. Princípios Gerais. Protesto, notificação e interpelação. Arresto. Sequestro. Caução.

Busca e Apreensão. Exibição. Justificação.

Sentença. Conceito. Classificações. Requisitos. Efeitos. Publicação, intimação, correção e integração da sentença.

Do cumprimento da Sentença.

Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa Necessária. Meios de impugnação à sentença.

Ação rescisória.

Recursos. Disposições Gerais. Apelação. Agravos. Embargos de Declaração. Embargos de Divergência.

Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Recursos nos Tribunais Superiores.

Reclamação e correição. Repercussão geral.

Súmula vinculante.

Recursos repetitivos.

Liquidação de Sentença. Espécies. Procedimento. Cumprimento da sentença.

Procedimento. Impugnação.

Processo de Execução. Princípios gerais. Espécies.

Execução contra a Fazenda Pública.

Regime de Precatórios.

Requisições de Pequeno Valor.

Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa.

Embargos de Terceiros.

Exceção de pré-executividade.

Remição.

Suspensão e extinção do processo de execução.

Procedimentos Especiais. Generalidades. Características. Espécies.

Ação de Consignação em Pagamento.

Ação Monitória.

Ação de Exigir Contas.

Ações Possessórias.

Restauração de autos.

Ação Popular.

Ação Civil Pública. Aspectos processuais.

Mandado de Segurança.

Mandado de Injunção.

Mandado de Segurança Coletivo.

Habeas Data.

O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade.

Ação Direta de Inconstitucionalidade. Ação Declaratória de Constitucionalidade.

Medida Cautelar.

Declaração incidental de inconstitucionalidade. Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental.

DIREITO DO TRABALHO

Dos princípios e fontes do Direito do Trabalho.

Dos direitos constitucionais dos trabalhadores (art. 7º da CF/1988).

Da relação de trabalho e da relação de emprego: requisitos e distinção; relações de trabalho lato sensu: trabalho autônomo, trabalho eventual, trabalho temporário e trabalho avulso.

Trabalho intermitente: regramento legal; características; peculiaridades.

Dos sujeitos do contrato de trabalho stricto sensu: do empregado e do empregador: conceito e caracterização; dos poderes do empregador no contrato de trabalho.

Do grupo econômico; da sucessão de empregadores; da responsabilidade solidária e subsidiária.

Do contrato individual de trabalho: conceito, classificação e características.

Da alteração do contrato de trabalho: alteração unilateral e bilateral; o jus variandi.

Da suspensão e interrupção do contrato de trabalho: caracterização e distinção.

Da rescisão do contrato de trabalho: das justas causas; da despedida indireta; da dispensa arbitrária; da rescisão por acordo mútuo; da despedida coletiva; da culpa recíproca; da indenização.

Do aviso prévio.

Prazo do aviso prévio.

Da estabilidade e das garantias provisórias de emprego: das formas de estabilidade; da despedida e da reintegração de empregado estável. Da duração do trabalho; da jornada de trabalho; Jornada In itinere; dos períodos de descanso; do intervalo para repouso e alimentação; do descanso semanal remunerado; do trabalho noturno e do trabalho extraordinário; do sistema de compensação de horas.

Do salário mínimo: irredutibilidade e garantia.

Das férias: do direito a férias e da sua duração; da concessão e da época das férias; da remuneração e do abono de férias.

Do salário e da remuneração: conceito e distinções; composição do salário; modalidades de salário; formas e meios de pagamento do salário; 13º salário.

Da equiparação salarial: hipóteses ensejadoras e forma de aferição; do princípio da igualdade de salário; do desvio de função.

Da arbitragem.

Do FGTS.

Da prescrição e decadência.

Da segurança e medicina no trabalho: da CIPA; das atividades insalubres ou perigosas.

Da proteção ao trabalho da mulher, da gestante e do menor.

Da estabilidade da gestante; da licença-maternidade.

Do direito coletivo do trabalho: da liberdade sindical (Convenção nº 87 da OIT); da organização sindical: conceito de categoria; categoria diferenciada; das convenções e dos acordos coletivos de trabalho.

Do direito de greve; dos serviços essenciais.

Das comissões de Conciliação Prévia.

Da renúncia e transação.

Do teletrabalho (Lei nº 13.467/2017 atualizada).

Dano moral nas relações de trabalho.

Súmulas e Orientações da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Instruções e atos Normativos do TST em matéria de Direito do Trabalho.

Reforma Trabalhista - Lei nº 13.467/2017 atualizada.

DIREITO PROCESSUAL DO TRABALHO

Formas de solução de conflitos trabalhistas.

Fontes do Direito Processual do Trabalho.

Justiça do Trabalho: organização e competência (EC 45/2004).

Varas do Trabalho, Tribunais Regionais do Trabalho e Tribunal Superior do Trabalho: jurisdição e competência.

Composição do Tribunal Superior do Trabalho.

Do Juiz do Trabalho: poderes, impedimento e suspeição.

Serviços auxiliares da Justiça do Trabalho: Secretarias das Varas do Trabalho;

Distribuidores; Oficiais de Justiça e Oficiais de Justiça Avaliadores.

Ministério Público do Trabalho: organização.

Processo judiciário do trabalho: princípios específicos do processo do trabalho; princípios gerais do processo aplicáveis ao processo do trabalho (aplicação subsidiária e supletiva do CPC ao processo do trabalho).

Atos, termos e prazos processuais.

Distribuição.

Custas e emolumentos.

Partes e procuradores; jus postulandi; substituição e representação processuais; capacidade postulatória no processo do trabalho; assistência judiciária; honorários de advogado.

Nulidades no processo do trabalho: princípio informador; momento de arguição, preclusão. Exceções.

Audiências: de conciliação, de instrução e de julgamento; notificação das partes; arquivamento do processo; revelia e confissão.

Da prova testemunhal: quantidade de testemunhas, impedimento e suspeição.

Prova documental: falsidade documental.

Prova pericial.

Honorários periciais: responsabilidade pelo pagamento.

Dissídios individuais: forma de reclamação e notificação; reclamação escrita e verbal; requisitos da petição inicial no processo do trabalho; legitimidade para ajuizar.

Procedimento ordinário e sumaríssimo.

Procedimentos especiais: Inquérito para apuração de falta grave, Processo de Jurisdição Voluntária para Homologação de Acordo Extrajudicial, Consignação em pagamento, Ação Monitória, Ação Rescisória e Mandado de Segurança.

Sentença e coisa julgada; liquidação da sentença: por cálculo, por artigos e por arbitramento.

Dissídios coletivos: competência para julgamento, legitimidade para propositura, extensão, cumprimento e revisão da sentença normativa; efeito suspensivo.

Da Ação Civil Pública: legitimidade e cabimento no processo do trabalho.

Execução: iniciativa da execução; do Incidente de desconsideração da personalidade jurídica; execução provisória; execução por prestações sucessivas; execução contra a Fazenda Pública; execução contra a massa falida. Citação; depósito da condenação e da nomeação de bens; mandado e penhora; bens penhoráveis e impenhoráveis.

Embargos à execução; impugnação à sentença de liquidação; embargos de terceiro.

Praça e leilão; arrematação; remição; custas na execução.

Recursos no processo do trabalho: princípios gerais, prazos, pressupostos, requisitos e efeitos; recursos em espécie: recurso ordinário, agravo de petição, agravo de instrumento, recurso de revista, embargos no TST, embargos de declaração, embargos infringentes e agravo regimental.

Reclamação Correccional.

Do incidente de uniformização de jurisprudência.

Do Incidente de Recursos de Revista e Embargos Repetitivos (IN 38/TST).

Do Processo Judicial Eletrônico: peculiaridades, características e prazos; normas aplicáveis ao processo judicial eletrônico.

Súmulas da Jurisprudência uniformizada do Tribunal Superior do Trabalho sobre Direito Processual do Trabalho.

Súmulas Vinculantes do Supremo Tribunal Federal relativas ao Direito do Trabalho.

Instruções Normativa do Tribunal Superior do Trabalho que tratam de Processo do Trabalho - números 38, 39 e 40.

CANAIS

Já nas redes sociais, você pode contar com o nosso apoio em canais atualizados diariamente que oferecem notícias completas e conteúdos direcionados sobre concursos de todo o Brasil. Fique ligado!



BONS ESTUDOS!



aprova
concursos

0800 727 6282

www.aprovaconcursos.com.br

aprova